

Leite: dívida, precatórios e previdência travam o RS

Governador entregou na AL planejamento do orçamento para os próximos quatro anos. Peça não contabilizou R\$ 4,1 bi da Corsan

FLAVIA BEMFICA

O governador Eduardo Leite (PSDB) disse, na manhã desta terça-feira, que o Rio Grande do Sul segue com três condições que dificultam seus movimentos. “Do ponto de vista estrutural, o Estado tem enormes desafios. Eu diria que são um tripé: dívida com a União, estoque de precatórios e déficit previdenciário”, elencou. A declaração foi feita durante a cerimônia de entrega do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027, na Assembleia Legislativa. O PPA estabelece diretrizes, programas e ações da administração estadual a cada quatro anos.

O PPA entregue tem 11 programas temáticos, 69 ações e 605 iniciativas, para as quais está prevista a alocação de R\$ 58 bilhões no período. No montante, conforme frisou Leite, em função dos prazos entre a elaboração do plano e a assinatura do contrato de venda, não estão contabilizados os R\$ 4,1 bilhões da privatização da Corsan. Após embates jurídicos, o contrato foi assinado no dia 7 de julho.

Os R\$ 58 bilhões também excluem as chamadas despesas obrigatórias do governo, como pagamento de salários. Quando contabilizadas todas elas, ou se-



Governador na entrega o Plano Plurianual 2024-2027 à Assembleia

ja, o orçamento global, os valores ultrapassam os R\$ 200 bilhões. Instado a elencar o que a administração apontou como prioridade entre os 11 programas, Leite citou a educação, como prioridade absoluta, a infraestrutura, e os programas de inclusão produtiva e apoio aos mais pobres.

O governador confirmou ainda o lançamento de um novo programa de investimentos nas próximas semanas. Conforme ele, a ideia é começar por investimentos que dependam de convênios com municípios, em função da série de restrições que ocorrerão em 2024, por se tratar de ano eleitoral. “Os progra-

mas para auxiliar municípios com obras de infraestrutura deverão ser os primeiros que lançaremos. Mas não ocorrerão em blocos, serão caso a caso.”

ENTENDA. Antes da entrega, o projeto do PPA foi apresentado pela secretária de Planejamento, Gestão e Governança, Danielle Calazans, aos deputados estaduais em encontro no Palácio Piratini. O projeto do PPA 2024-2027 passará pela Comissão de Finanças, Planejamento, Fiscalização e Controle e pelo plenário da Assembleia. Por lei, a proposta deve ser sancionada pelo governador até o dia 1º de outubro.

APÓS RECESSO E EM PRÉDIO HISTÓRICO

Assembleia aprova alterações no Piseq

FELIPE NABINGER

Marcando o fim do recesso parlamentar, a Assembleia Legislativa aprovou dois projetos de lei complementares que modificam e ampliam a cobertura dos recursos obtidos com o Programa de Incentivo ao Aparelhamento da Segurança Pública (Piseq). A sessão deliberativa desta terça-feira foi considerada histórica, uma vez que depois de 56 anos voltou a ocorrer no antigo prédio do Memorial do Legislativo. A mudança de local deverá permanecer nas próximas semanas em função das obras no plenário da Assembleia. As intervenções buscam qualificar o espaço, além de atender às exigências de acessibilidade e do plano de prevenção a incêndios.

Na sessão, os parlamentares aprovaram as propostas dos deputados Delegado Zucco (Republicanos) e da Deputada Nadine (PSDB) que beneficiam as guardas civis municipais e permitem reformas nos espaços das

forças de segurança.

A proposta de Zucco (PLC 59/2023) foi aprovada por 47 votos favoráveis a um contrário e inclui as guardas municipais no programa, permitindo que elas possam ser contempladas no repasse de recursos oriundos do pagamento de ICMS devidos por empresas para o Estado. BM e PC já são contempladas pelo Piseq, com a aquisição de viaturas, coletes e armamentos por meio do programa.

“Temos 43 municípios com guardas municipais e eles atendem 6,5 milhões gaúchos. Mais da metade da população é atendida pelas guardas civis municipais”, disse ao usar a tribuna, frisando ser a primeira vez que utilizava o espaço em seu primeiro mandato, justificando ter mais “a ouvir” de parlamentares experientes, mas enfatizando sua experiência junto às forças de segurança pública.

Afirmou que a aprovação é uma “mudança na história da segurança pública no Estado”, pois fomenta outras cidades a

constituírem suas guardas. “São nos municípios que executamos as políticas públicas.”

Aprovado por 50 votos sim, contra um não, o PLC 114/23, da Deputada Nadine, inclui na lei do Piseq a destinação de valores não só para equipamentos e viaturas, mas também para reformas, revitalização, ampliação, construção e modernização de prédios e áreas da segurança pública. A deputada anunciou que, com a aprovação do projeto, irá sugerir ao governo a implantação de uma instrução normativa para que as próprias instituições possam executar pequenas reformas dentro dos limites legais da dispensa de licitação.

Único voto contrário nas duas apreciações, o deputado Felipe Camozzato (Novo), disse ser “amplamente favorável” ao programa, mas justificou sua posição. “Minha objeção é sobre a exequibilidade. Como isso vai ser fiscalizado e como se garante que o recurso chegue na ponta”, questionou.

Parabéns,
Unimed Planalto Central/RS,
pelos 46 anos de cuidado.

Unimed

ANS - nº 367087



TALINE OPPITZ

taline@correiodopovo.com.br

Governo contata Aneel e garante atuação da Agergs

As privatizações da CEEE e da Corsan, duas companhias que prestam serviços essenciais à população, e os recentes problemas envolvendo o restabelecimento de energia, após os ciclones extra tropicais, levaram o governo gaúcho a agir. Neste cenário, a atuação da Agergs (Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul), que enfrenta problemas internos e que passará por reestruturações em 2024, conforme antecipado pelo **Correio do Povo**, entrou na pauta. Além de reuniões com representantes da CEEE Equatorial, com a presença do governador Eduardo Leite (PSDB), o chefe da Casa Civil, Artur Lemos, entrou em contato com a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica). Segundo Lemos, no caso de fiscalização da Corsan, adquirida pelo Consórcio Aegea, a Agergs tem 100% da responsabilidade de fiscalização. Já a atuação da CEEE Equatorial, parte da fiscalização é da Agergs, mas outra, da Aneel, por se tratar de concessão federal. “No contato com a Aneel ficou combinado que iremos, nos próximos meses, esclarecer as responsabilidades de cada agência e fortalecer as relações. Nosso foco é garantir serviços públicos de qualidade, mas também evitar que a Agergs seja cobrada injustamente”, disse o chefe da Casa Civil em entrevista ao programa ‘Esfera Pública’, da Rádio Guaíba. Lemos destacou ainda a importância de alterações para que a Agergs possa atuar de forma mais eficiente frente às vendas de estatais. “As privatizações não significam que o governo irá se eximir de seu papel e de suas responsabilidades”, afirmou.

Na pauta com aliados, comparação e desafios

O governo do Estado recebeu deputados aliados, nesta terça-feira pela manhã. Na pauta, o detalhamento do Plano Plurianual, entregue no final da manhã à Assembleia e a situação econômica do Estado. Na reunião, foram feitas comparações com o Paraná, que conta com população e PIB similares ao Rio Grande do Sul. Por lá, as situações da dívida com a União e do endividamento são menores e permitem que ocorram investimentos de cerca de R\$ 6 milhões com recursos do Tesouro. Não por acaso, no ato de entrega do PPA ao Legislativo, o governador Eduardo Leite (PSDB) afirmou que do ponto de vista estrutural, o Estado tem enormes desafios. “Eu diria que são um tripé: dívida com a União, estoque de precatórios e déficit previdenciário”.

CPIs serão instaladas e secretário irá à Câmara

Com a retomada das atividades na Câmara de Porto Alegre, as Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs), para apurar supostas irregularidades na Secretaria da Educação, deverão ser instaladas na próxima semana. A proposta de autoria da vereadora Mari Pimentel (Novo) teve os integrantes aprovados ontem e será instalada até o dia 8. A solicitação feita pelo líder do governo, Idenir Cecchim (MDB), ainda depende da apresentação dos nomes de dois integrantes. Ontem, o presidente da Câmara, Hamilton Sossmeier (PTB), reuniu-se com o secretário de Educação da Capital, José Paulo da Rosa. Ele se colocou à disposição para falar aos vereadores das CPIs e comprometeu-se a participar de um período de manifestações no mês de setembro, para apresentar o trabalho da SMED e responder aos questionamentos dos vereadores.

TCE faz maior estudo sobre segurança municipal

O estudo lançado pelo Tribunal de Contas do Estado, nesta terça-feira, sobre a segurança pública municipal, é o mais amplo já realizado no Rio Grande do Sul sobre o tema, contando com dados de 482 municípios gaúchos, número que representa 96,9% dos 497. O trabalho identificou carências consideráveis e serve de alerta. Segundo as informações, apenas 59 municípios, ou 12%, contam com Conselhos Municipais de Segurança, somente 46 municípios, ou 9,5%, têm secretarias de Segurança e 34, ou 7,1%, contam com guardas municipais. Do total, só oito municípios gaúchos possuem diagnóstico próprio de segurança. O cenário preventivo também não é animador. Com base nos dados, será elaborado documento básico de orientação aos gestores municipais. A íntegra pode ser acessada: <https://cloud.tce.rs.gov.br/s/stfR6FH04FAtQRx>.

APARTES

■ Os R\$ 4,1 bilhões oriundos da transação de venda da Corsan, por falta de tempo, não foram contabilizados no Plano Plurianual, mas serão detalhados no orçamento geral do Estado para 2024.

Colaborou Mauren Xavier